

LINGUAGEM, COMUNIDADE SURDA E ENSINO: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA E DA LINGÜÍSTICA APLICADA

*LANGUAGE TEACHING AND THE DEAF COMMUNITY: INTERFACES BETWEEN
SOCIOLINGUISTICS AND APPLIED LINGUISTICS*

Pedro Henrique de Macêdo Silva

Universidade Federal de Catalão, Brasil

Rivael Mateus Fabricio

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Sylvia Lia Grespan Neves

Universidade de São Paulo, Brasil

Hannah Araújo Rosendo

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

Marcelo de Araújo Costa

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Charley Pereira Soares

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i4.613>

Aceito em: 13.04.2026

Resumo: O presente artigo discute as relações entre linguagem, comunidade surda e ensino, destacando as contribuições da Sociolinguística e da Linguística Aplicada para a compreensão da Libras como língua natural e para a consolidação de políticas educacionais bilíngues. A análise evidencia que a comunidade surda constitui uma minoria linguística cuja identidade é estruturada por práticas visuais e culturais mediadas pela língua de sinais. A partir de referenciais sociolinguísticos, demonstrase que a variação, a heterogeneidade e os usos sociais da Libras são elementos centrais para compreender os processos de ensino e aprendizagem de surdos. A Linguística Aplicada, por sua vez, contribui ao problematizar práticas pedagógicas, políticas linguísticas e discursos que historicamente marginalizaram a Libras e seus usuários. Conclui-se que uma educação bilíngue efetiva requer o reconhecimento da Libras como língua de instrução, a valorização da diferença linguística e cultural e a adoção de abordagens pedagógicas que respeitem a centralidade da experiência visual na constituição da identidade surda.

Palavras-chave: Sociolinguística; Linguística Aplicada; Comunidade Surda; Libras; Educação Bilíngue.



Abstract: This article examines the relationship between language, the Deaf community, and education, highlighting the contributions of Sociolinguistics and Applied Linguistics to understanding Libras as a natural language and to strengthening bilingual educational policies. The analysis demonstrates that the Deaf community constitutes a linguistic minority whose identity is shaped by visual and cultural practices mediated through sign language. From a sociolinguistic perspective, linguistic variation, heterogeneity, and the social uses of Libras are shown to be essential elements for understanding teaching and learning processes involving Deaf students. Applied Linguistics contributes by problematizing pedagogical practices, language policies, and discourses that have historically marginalized Libras and its users. The study concludes that effective bilingual education requires recognizing Libras as the primary language of instruction, valuing linguistic and cultural difference, and adopting pedagogical approaches that respect the centrality of visual experience in the construction of Deaf identity.

Keywords: Sociolinguistics; Applied Linguistics; Deaf Community; Libras; Bilingual Education.

1 Introdução

A linguagem, em sua dimensão social, cultural e política, constitui-se como elemento estruturante das práticas humanas e da organização das comunidades. No caso da comunidade surda, a língua de sinais emerge como eixo central de identidade e pertencimento, configurando-se não apenas como meio de comunicação, mas como prática cultural que demarca fronteiras simbólicas e sociais (Strobel, 2008). A compreensão da surdez como diferença linguística e cultural, e não como deficiência, desloca o debate para o campo da Sociolinguística e da Linguística Aplicada, áreas que oferecem aportes teóricos e metodológicos para analisar os usos da linguagem em contextos de ensino e para problematizar as políticas linguísticas que afetam os sujeitos surdos.

A Sociolinguística, desde os trabalhos pioneiros de Labov (1972), enfatiza que a língua é heterogênea, variável e socialmente situada. Essa perspectiva permite compreender que a Libras, como língua natural, apresenta variações regionais, estilísticas e sociais, que refletem a diversidade da comunidade surda brasileira (Ferreira-Brito, 1995). A análise sociolinguística evidencia que tais variações não devem ser vistas como desvios, mas como manifestações legítimas de práticas linguísticas que carregam valores sociais e identitários (Bortoni-Ricardo, 2004). Nesse sentido, reconhecer a Libras como língua plena é também combater o preconceito linguístico que historicamente marginalizou os surdos, impondo modelos oralistas e práticas de silenciamento (Skliar, 2001).

A Linguística Aplicada, por sua vez, ao assumir uma postura interdisciplinar e crítica, amplia o olhar sobre a linguagem para além de sua estrutura formal, considerando os usos sociais e as relações de poder que atravessam os processos educativos (Moita Lopes, 2006). No campo da educação de surdos, a Linguística Aplicada problematiza as práticas pedagógicas que reduzem a

Libras a recurso auxiliar, defendendo sua centralidade como língua de instrução e como meio de acesso ao conhecimento (Lodí, 2013). Além disso, ao dialogar com teorias socioculturais, como as de Vygotsky e Bakhtin, a Linguística Aplicada reforça a ideia de que a linguagem é mediadora da constituição do sujeito e da aprendizagem, sendo a interação social o espaço privilegiado para o desenvolvimento cognitivo e linguístico (Vygotsky, 1934; Bakhtin, 1987).

A contextualização da temática exige também considerar os marcos legais e políticos que estruturam a educação bilíngue para surdos no Brasil. A oficialização da Libras pela Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 representam conquistas históricas dos movimentos surdos, que reivindicaram o reconhecimento da língua de sinais como direito linguístico fundamental (Fernandes; Moreira, 2014). Tais políticas, entretanto, ainda enfrentam desafios de implementação, especialmente no que se refere à formação docente, à produção de materiais didáticos acessíveis e à efetivação de práticas pedagógicas bilíngues em diferentes níveis de ensino.

Nesse cenário, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm desempenhado papel relevante na ampliação dos espaços discursivos da comunidade surda. Estudos recentes demonstram que as TICs favorecem a difusão da Libras, fortalecem identidades bilíngues e ampliam as possibilidades de participação social dos surdos (Novais; Grando, 2021). A análise dessas práticas, sob a ótica da Linguística Aplicada, evidencia que a linguagem digital e multimodal contribui para a construção de novos letramentos e para a redefinição das relações entre língua, cultura e educação (Pennycook, 2010).

Portanto, a contextualização da relação entre linguagem, comunidade surda e ensino revela que a Sociolinguística e a Linguística Aplicada oferecem contribuições decisivas para compreender os processos de variação, identidade e poder que atravessam a língua de sinais, bem como para orientar práticas pedagógicas que respeitem a diferença linguística e promovam a equidade. Ao reconhecer a Libras como língua natural e ao problematizar as políticas e práticas educacionais, essas áreas do conhecimento contribuem para a construção de uma educação bilíngue que garanta aos sujeitos surdos acesso pleno ao conhecimento e participação efetiva na sociedade.

2 Referencial teórico

2.1 Comunidade Surda como minoria linguística

A compreensão da comunidade surda como minoria linguística constitui um dos pilares teóricos fundamentais para o estudo da surdez sob uma perspectiva sociocultural e não biomédica. Essa concepção rompe com a visão tradicional que reduz a surdez a uma deficiência sensorial e desloca o foco para a língua, para a cultura e para as práticas sociais que estruturam a experiência surda. Skliar (1998) foi um dos primeiros autores a sistematizar essa mudança paradigmática, afirmando que os surdos devem ser compreendidos como integrantes de uma

comunidade linguística minoritária, cuja língua – a Língua Brasileira de Sinais (Libras) – é o principal marcador identitário.

A noção de minoria linguística, conforme discutida na Sociolinguística, não se refere apenas ao número reduzido de falantes, mas à posição social e política ocupada por um grupo cuja língua é historicamente marginalizada, estigmatizada ou silenciada (Bortoni-Ricardo, 2004). No caso da comunidade surda, essa marginalização decorre de séculos de políticas oralistas que proibiram o uso das línguas de sinais e impuseram a língua oral como única forma legítima de comunicação. Como afirma Strobel (2008, p. 65), ao descrever os artefatos culturais e linguísticos da comunidade surda:

A cultura surda compreende a língua de sinais, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo, inclusive os artefatos materiais que podem ser os dispositivos eletrônicos não auditivos [...] Estes são adaptados à necessidade dos surdos, pois fazem uso principalmente do canal visual (Strobel, 2008, p. 65).

A língua de sinais não é apenas um sistema linguístico, mas parte constitutiva de uma cultura visual que organiza práticas sociais, modos de interação e formas de significação do mundo. A comunidade surda, portanto, constitui-se como grupo cultural e linguístico que compartilha valores, narrativas, tradições e formas próprias de organização social.

A perspectiva da minoria linguística também se articula com o conceito de comunidade de fala, conforme proposto por Gumperz (1982), segundo o qual os grupos se constituem a partir de práticas linguísticas compartilhadas e de normas comunicativas próprias. Essa abordagem é particularmente relevante para compreender a dinâmica interna da comunidade surda, que estabelece regras específicas para a criação de sinais, para a nomeação de pessoas e para a circulação de discursos. Analisado nesta pesquisa, reforça essa compreensão ao demonstrar que os sinais próprios funcionam como marcadores identitários e culturais. As autoras afirmam:

Os sinais próprios são considerados um elemento importante da cultura Surda, pois, a partir do momento em que a pessoa é batizada por um Surdo que está há mais tempo na comunidade, ela passa a receber uma identidade Surda, sendo considerada uma pessoa 'de dentro' da comunidade (Souza; Gediél, 2017, p. 165).

A nomeação em Libras não é um ato arbitrário, mas um ritual simbólico que reforça o pertencimento e a coesão comunitária. A prática de atribuir sinais próprios, descrita etnograficamente pelas autoras, demonstra que a comunidade surda opera com mecanismos internos de legitimação linguística, o que caracteriza fortemente sua condição de minoria linguística organizada.

Além disso, a condição minoritária da comunidade surda é reforçada pela vulnerabilidade linguística vivenciada historicamente. Fernandes e Moreira (2017, p. 4) destacam que

muitos surdos chegam à escola sem acesso prévio à língua de sinais, o que compromete seu desenvolvimento linguístico e cognitivo. Em suas palavras:

Os desafios demandam assegurar o direito linguístico à Libras como direito humano fundamental nas relações sociais/educacionais, em um espaço comum de aprendizagem, para estudantes surdos com perfis e competências comunicativas muito variados, em razão da pré-história educacional que vivenciaram (Fernandes; Moreira, 2017, p. 4).

A ausência de políticas linguísticas adequadas produz desigualdades profundas, reforçando a necessidade de reconhecer a Libras como língua de instrução e como direito linguístico fundamental.

A oficialização da Libras pela Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 representam marcos importantes no reconhecimento da comunidade surda como minoria linguística. Entretanto, como apontam Lodi (2013) e Quadros (2004), o reconhecimento legal não garante, por si só, a efetivação de práticas bilíngues nas escolas. Persistem desafios relacionados à formação docente, à produção de materiais didáticos acessíveis e à implementação de políticas educacionais que respeitem a diferença linguística.

A Sociolinguística contribui para esse debate ao demonstrar que as línguas de sinais apresentam variação linguística, mudança e regularidades próprias, características de qualquer língua natural (Labov, 1972). A Linguística Aplicada, por sua vez, amplia essa discussão ao analisar como as práticas pedagógicas, as políticas públicas e os discursos institucionais impactam o acesso dos surdos ao conhecimento e à participação social (Moita Lopes, 2006; Gesser, 2009).

Assim, compreender a comunidade surda como minoria linguística implica reconhecer sua língua, sua cultura e suas práticas sociais como legítimas, valorizando a Libras como língua de instrução e como elemento estruturante da identidade surda. Implica também problematizar as desigualdades históricas que afetaram esse grupo e construir políticas linguísticas e educacionais que assegurem o direito ao bilinguismo e à participação plena na sociedade.

2.2 Libras como língua natural e visual-espacial

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui-se como uma língua natural, plenamente estruturada e emergente das interações sociais da comunidade surda. Sua organização linguística baseia-se na modalidade visuoespacial, o que a diferencia estruturalmente das línguas orais-auditivas. Desde os estudos inaugurais de Stokoe (1960) sobre a ASL, consolidou-se o entendimento de que as línguas de sinais possuem fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, sendo sistemas linguísticos completos e independentes das línguas orais.

No Brasil, Ferreira Brito (1995) e Quadros e Karnopp (2004) demonstraram que os sinais da Libras são compostos por parâmetros fonológicos específicos — configuração de mão, movimento, locação, orientação e expressões não manuais — articulados simultaneamente

no espaço tridimensional. Essa simultaneidade é um dos traços distintivos da modalidade visuoespacial, permitindo que múltiplas informações linguísticas sejam expressas ao mesmo tempo.

Quadros e Karnopp (2004, p. 47) sintetizam essa característica ao afirmar:

As línguas de sinais apresentam-se numa modalidade diferente das línguas orais; são línguas espaço-visuais, ou seja, a realização dessas línguas não é estabelecida através dos canais oral-auditivos, mas através da visão e da utilização do espaço. São línguas naturais que se desenvolvem no meio em que vive a comunidade surda (Quadros; Karnopp, 2004, p. 47).

A modalidade visuoespacial não é um aspecto periférico, mas o fundamento estrutural da Libras. A língua organiza-se no espaço, utiliza simultaneidade, iconicidade e movimentos corporais como recursos linguísticos legítimos, e mobiliza expressões faciais e corporais como marcadores gramaticais, discursivos e pragmáticos.

A naturalidade da Libras também se manifesta no processo de aquisição linguística. Crianças surdas expostas precocemente à língua de sinais desenvolvem-na seguindo padrões semelhantes aos de crianças ouvintes expostas a línguas orais, passando por estágios de balbúcio manual, produção de sinais isolados e combinações sintáticas progressivamente mais complexas (Quadros, 1997). Tal evidência reforça que a Libras não é aprendida como um código artificial, mas como língua natural, adquirida espontaneamente em contextos de interação social.

Reforça essa compreensão ao demonstrar que os sinais próprios — nomeações atribuídas a indivíduos dentro da comunidade — são produzidos a partir de parâmetros fonológicos e de elementos culturais compartilhados. As autoras afirmam:

A gramática das Línguas de Sinais emerge a partir da forma como os Surdos entendem o universo simbólico em que estão inseridos, significando-o de acordo com os códigos de uma língua espacial-visual. Desse modo, entendemos que os sinais não são somente um fator de extrema importância para a comunicação, mas para a compreensão de mundo desses sujeitos e das formas como se identificam e são identificados (Souza; Gediel, 2017, p. 166).

A Libras não é apenas um sistema linguístico, mas um modo de significação do mundo, profundamente enraizado na experiência visual e na organização cultural da comunidade surda.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos cinco parâmetros fonológicos que compõem os sinais da Libras. Esses parâmetros articulam-se simultaneamente, diferentemente das línguas orais, que operam predominantemente de forma linear.

Quadro 1 – Parâmetros Fonológicos da Libras

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Configuração de Mão (CM)	Forma assumida pela mão durante a produção do sinal.
Movimento (M)	Trajetória, direção e tipo de movimento realizado.
Locação (L)	Local do corpo ou espaço onde o sinal é articulado.
Orientação (Or)	Direção da palma e dos dedos durante o sinal.
Expressões Não Manuais	Movimentos faciais, corporais e postura que marcam aspectos gramaticais.

Fonte: Síntese teórica dos parâmetros fonológicos da Libras, elaborado a partir de Quadros e Karnopp, 2004.

O Quadro 2 apresenta a organização do espaço de sinalização utilizado pelos falantes de Libras. Esse espaço não é apenas físico, mas linguístico: nele são estabelecidas referências, pronominalizações, classificadores e estruturas sintáticas complexas.

Quadro 2 – Organização do Espaço de Sinalização

REGIÃO DO ESPAÇO	FUNÇÃO LINGUÍSTICA
Espaço Neutro	Produção de sinais básicos e referências iniciais.
Espaço Superior	Marcação de intensidade, modalização e elementos discursivos.
Espaço Lateral	Estabelecimento de referentes múltiplos e contrastivos.
Espaço Próximo ao Corpo	Sinais relacionados a estados internos, emoções e pronominalização de primeira pessoa.

Fonte: Representação teórica do espaço de sinalização, com base em Ferreira Brito, 1995.

A Libras, portanto, deve ser compreendida como língua natural, complexa e plenamente estruturada, cuja modalidade visuoespacial organiza não apenas sua gramática, mas também as práticas sociais e culturais da comunidade surda. Reconhecer essa natureza é fundamental para a construção de políticas linguísticas e educacionais que respeitem a diferença e assegurem o direito ao bilinguismo.

2.3 Políticas linguísticas e educação bilíngue

As políticas linguísticas voltadas à educação de surdos no Brasil configuram um campo de disputas discursivas e tensões epistemológicas que atravessam a história da educação especial e da educação bilíngue. A consolidação da Libras como língua legítima e a defesa de um modelo bilíngue — no qual a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2) — resultam de movimentos sociais, reivindicações históricas e transformações legais que reposicionam a comunidade surda como minoria linguística.

A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 constituem marcos jurídicos fundamentais, pois reconhecem a Libras como meio legal de comunicação e expressão e estabelecem diretrizes para sua difusão, ensino e uso institucional. Entretanto, como observa Lodi (2013), tais documentos não garantem, por si só, a efetivação de práticas bilíngues, uma vez que sua implementação depende de políticas educacionais coerentes, formação docente adequada e condições materiais que assegurem o acesso à língua de sinais desde a infância.

Stürmer e Thoma (2014) analisam documentos oficiais e afirmam:

Os discursos que produzem a educação bilíngue no Brasil operam como práticas de poder que definem quem são os sujeitos surdos, quais línguas lhes são permitidas e quais espaços podem ocupar no sistema educacional (Stürmer; Thoma, 2014, p. 3).

A educação bilíngue não é neutra, mas atravessada por relações de poder que moldam identidades, legitimam práticas e regulam o acesso ao conhecimento.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) gerou tensões ao propor a escolarização de surdos em classes comuns, frequentemente sem garantir o acesso à Libras. Quadros (2012) argumenta que tal política configura uma forma de “inclusão excludente”, pois ignora a diferença linguística e cultural da comunidade surda.

Bagno (2007), citado por Lagares (2018), reforça que toda política linguística é, antes de tudo, política social, pois regula o acesso a bens simbólicos e materiais. Assim, a defesa da educação bilíngue para surdos deve ser entendida como defesa de direitos linguísticos.

Souza e Gediel (2017) demonstram que a Libras é elemento constitutivo da identidade surda e que sua ausência compromete o desenvolvimento linguístico e cognitivo. As autoras afirmam:

A língua de sinais não é apenas um instrumento comunicativo, mas um modo de significação do mundo que organiza práticas sociais, relações de pertencimento e processos identitários (Souza; Gediel, 2017, p. 166).

Skliar (1998 apud Quadros, 2004, p. 19) reforça que “a educação de surdos deve ser pensada a partir da diferença e não da falta, pois é na diferença que se constitui a identidade surda”.

A centralidade da diferença linguística e cultural na formulação de políticas educacionais.

Do ponto de vista da Linguística Aplicada, Moita Lopes (2006) defende — em citação indireta — que políticas linguísticas devem considerar práticas sociais reais, e não apenas prescrições normativas, reconhecendo os usos concretos das comunidades e suas formas de significação.

Quadro 3 – Linha do tempo das políticas linguísticas para surdos no Brasil

ANO	MARCO POLÍTICO-LINGUÍSTICO	IMPACTO PARA A COMUNIDADE SURDA
1880	Congresso de Milão	Proibição da língua de sinais; hegemonia oralista.
1990	Movimentos surdos organizados	Reivindicação por reconhecimento linguístico.
2002	Lei nº 10.436	Reconhecimento legal da Libras.
2005	Decreto nº 5.626	Regulamentação da Libras; diretrizes para educação bilíngue.
2008	Política Nacional de Educação Especial	Tensões entre inclusão e bilinguismo.
2023	Políticas de Educação Bilíngue de Surdos	Consolidação de diretrizes para equidade linguística.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Quadros, 2004; Lodi, 2013; Brasil, 2023 (2026).

Quadro 4 – Modelo conceitual da educação bilíngue (L1 Libras / L2 Português escrito)

COMPONENTE	DESCRIÇÃO
L1 – Libras	Língua de instrução, interação e desenvolvimento cognitivo.
L2 – Português escrito	Língua de acesso à cultura letrada e às práticas sociais da escrita.
Ambiente linguístico	Espaços ricos em Libras, com adultos surdos como modelos linguísticos.
Metodologias específicas	Ensino de português como L2, com abordagens visuais e bilíngues.

Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

Quadro 5 – Dimensões da política linguística para surdos

Dimensão	Descrição
Legal	Leis, decretos, diretrizes e normativas que reconhecem a Libras e regulam sua presença institucional.
Pedagógica	Práticas bilíngues, formação docente, materiais didáticos e organização curricular.
Sociocultural	Identidade surda, cultura visual, comunidade linguística e direitos de minoria.

Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

3 Contribuições da Sociolinguística

A Sociolinguística, enquanto campo que investiga a relação entre língua, sociedade e identidades, oferece aportes fundamentais para compreender a complexidade da experiência linguística da comunidade surda e suas implicações para o ensino. Ao deslocar o foco da língua como sistema abstrato para a língua em uso, a Sociolinguística permite analisar como práticas linguísticas são moldadas por fatores sociais, culturais, históricos e políticos — elementos centrais para compreender a constituição da Libras e o lugar da comunidade surda no cenário educacional brasileiro.

A perspectiva sociolinguística rompe com visões homogêneas de língua e evidencia que toda língua é heterogênea, variável e socialmente situada. Labov (2008) argumenta que:

A heterogeneidade linguística não é um desvio, mas uma característica estrutural das línguas naturais, sendo impossível compreender o funcionamento da linguagem sem reconhecer a variação como parte constitutiva do sistema (Labov, 2008, p. 14).

Essa compreensão é essencial para o ensino de surdos, pois reconhece que a Libras, assim como qualquer língua, apresenta variações regionais, geracionais, situacionais e identitárias. A Sociolinguística, portanto, contribui para desfazer mitos de homogeneidade e para legitimar a diversidade linguística presente nas comunidades surdas.

Quadros (2004), ao discutir a constituição da Libras como língua natural, destaca que a variação linguística é um fenômeno inerente às línguas de sinais, e que sua análise deve considerar fatores sociais e culturais específicos da comunidade surda. Em citação indireta, a autora afirma que a variação em Libras não pode ser compreendida apenas como diferença formal, mas como expressão de identidades e práticas sociais que se constroem na interação entre sujeitos surdos.

A Sociolinguística também contribui para compreender a surdez como diferença linguística e cultural, e não como deficiência. Skliar (1998 apud Quadros, 2004, p. 19) afirma:

A surdez deve ser compreendida como uma experiência visual e cultural, e não como uma falta auditiva; a língua de sinais é o eixo que organiza essa experiência e constitui a identidade surda.

A centralidade da língua de sinais na constituição da identidade surda e reforça a necessidade de políticas educacionais que reconheçam a Libras como língua legítima.

A Sociolinguística crítica, representada por autores como Moita Lopes (2006), amplia essa discussão ao enfatizar que práticas linguísticas são atravessadas por relações de poder. Em citação indireta, o autor argumenta que políticas linguísticas e práticas educacionais não são neutras, mas produzem e reproduzem desigualdades sociais. No caso da comunidade surda, isso se manifesta historicamente na marginalização da Libras, na imposição do oralismo e na negação de direitos linguísticos.

Strobel (2008) reforça essa perspectiva ao afirmar que:

A cultura surda é constituída por práticas visuais, modos próprios de significação e formas específicas de interação, que se expressam e se consolidam por meio da língua de sinais (Strobel, 2008, p. 65).

A língua de sinais não é apenas um instrumento comunicativo, mas um elemento estruturante da cultura surda. A Sociolinguística, ao reconhecer a língua como prática social,

contribui para compreender a Libras como espaço de resistência, afirmação identitária e construção de pertencimento.

Outro aspecto relevante é a contribuição da Sociolinguística para o combate ao preconceito linguístico. Bagno (2007, p. 31) argumenta que “o preconceito linguístico é uma forma de discriminação social que se apoia em ideologias normativas para legitimar desigualdades e silenciar grupos minoritários.

Essa reflexão é fundamental para o ensino de surdos, pois o preconceito contra a Libras — historicamente vista como “mímica” ou “gestos” — produziu exclusão educacional e social. A Sociolinguística, ao legitimar a diversidade linguística, contribui para desconstruir discursos que inferiorizam a língua de sinais e seus usuários.

A Sociolinguística interacional também oferece contribuições importantes ao analisar como surdos constroem significados na interação. Gumperz (1982, p. 29) destaca que “a comunicação é um processo social no qual os participantes mobilizam recursos linguísticos e culturais para negociar sentidos, interpretar pistas contextuais e construir entendimento mútuo.

Essa perspectiva é essencial para compreender práticas comunicativas em Libras, que envolvem recursos visuais, espaciais, corporais e expressivos específicos. A análise sociolinguística dessas práticas permite desenvolver metodologias de ensino mais adequadas às características da língua de sinais.

Por fim, a Sociolinguística contribui para a formulação de políticas linguísticas que reconheçam a Libras como língua de instrução e garantam o direito à educação bilíngue. Como afirma Lagares (2018), citado indiretamente, políticas linguísticas devem ser compreendidas como ações sociais que regulam o acesso a recursos simbólicos e materiais, e que podem promover ou restringir direitos linguísticos.

Assim, as contribuições da Sociolinguística para o ensino de surdos são múltiplas:

- legitimam a Libras como língua natural e variável;
- reconhecem a comunidade surda como minoria linguística;
- combatem o preconceito linguístico;
- analisam práticas comunicativas reais;
- fundamentam políticas educacionais bilíngues;
- valorizam a diferença linguística e cultural.

Essas contribuições reforçam que o ensino de surdos deve ser orientado por uma perspectiva sociolinguística que reconheça a língua de sinais como eixo central da educação, da identidade e da cidadania surda.

4 Considerações finais

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam que a compreensão da educação de surdos exige um olhar que ultrapasse perspectivas meramente pedagógicas ou

clínicas, situando-se no campo mais amplo das relações entre linguagem, sociedade e poder. A Sociolinguística e a Linguística Aplicada, ao reconhecerem a língua como prática social e a comunicação como fenômeno situado, oferecem bases teóricas e metodológicas indispensáveis para compreender a complexidade da experiência linguística da comunidade surda e para fundamentar políticas educacionais que respeitem sua condição de minoria linguística.

A análise sociolinguística permite compreender que a Libras não é apenas um código alternativo, mas uma língua natural, visual-espacial, dotada de estrutura própria e profundamente vinculada à identidade cultural dos surdos. Como afirma Strobel (2008, p. 65), a língua de sinais constitui o eixo organizador da experiência visual e cultural dos surdos, estruturando modos de significação e pertencimento. Essa compreensão desloca a surdez do campo da deficiência para o campo da diferença linguística e cultural, reposicionando os sujeitos surdos como membros de uma comunidade linguística legítima.

A Linguística Aplicada, por sua vez, contribui ao evidenciar que práticas educacionais não podem ser dissociadas dos contextos sociais, históricos e ideológicos que as produzem. Moita Lopes (2006) argumenta, em citação indireta, que toda prática de ensino é atravessada por relações de poder e por discursos que legitimam determinadas formas de linguagem em detrimento de outras. No caso da educação de surdos, isso se manifesta historicamente na imposição do oralismo, na marginalização da Libras e na negação de direitos linguísticos fundamentais.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que políticas educacionais voltadas à comunidade surda devem reconhecer a Libras como língua de instrução e garantir ambientes bilíngues que respeitem a diferença linguística. Skliar (1998 apud Quadros, 2004, p. 19) reforça essa necessidade ao afirmar que a educação de surdos deve ser pensada a partir da diferença e não da falta, pois é na diferença que se constitui a identidade surda. Essa citação de citação evidencia que a educação bilíngue não é apenas uma escolha metodológica, mas uma exigência ética, política e epistemológica.

Além disso, as contribuições da Sociolinguística permitem compreender que a variação linguística presente na Libras — regional, geracional, situacional — não constitui um problema a ser corrigido, mas um fenômeno natural das línguas humanas. Labov (2008, p. 14) destaca que “a heterogeneidade é parte constitutiva das línguas naturais e não pode ser tratada como desvio ou erro”. Essa compreensão é fundamental para evitar práticas pedagógicas normativas que desconsiderem a diversidade linguística da comunidade surda.

Por fim, este estudo evidencia que a defesa da educação bilíngue para surdos não se limita à garantia de acesso à Libras, mas envolve o reconhecimento da comunidade surda como grupo cultural e linguístico minoritário, com direitos específicos e necessidades próprias. A Sociolinguística e a Linguística Aplicada, ao articularem linguagem, identidade e poder, oferecem instrumentos teóricos para compreender e enfrentar as desigualdades históricas que marcam a trajetória educacional dos surdos no Brasil.

Assim, as considerações finais apontam para a necessidade de políticas linguísticas consistentes, formação docente específica, ambientes educacionais bilíngues e práticas pedagógicas que valorizem a Libras como língua plena e legítima. Somente a partir desse conjunto de ações será possível construir uma educação que respeite a diferença, promova a equidade linguística e assegure aos sujeitos surdos o direito de aprender, ensinar e participar plenamente da vida social.

Referências

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 56. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CALVET, Louis-Jean. **Políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- CANAGARAJAH, Suresh. **Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations**. New York: Routledge, 2013.
- CAVALCANTI, Marilda. **Linguística Aplicada na modernidade recente**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- FELIPE, Tanya. **Libras em Contexto : Curso Básico : Livro do Estudante / Tanya A. Felipe**. 8ª. edição- Rio de Janeiro : **WalPrint Gráfica e Editora**, 2007.
- GARCÍA, Ofelia. **Bilingual Education in the 21st Century**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- GROSJEAN, François. **Bilingual: Life and Reality**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.
- GUMPERZ, John. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- KNOORS, Harry; TANG, Gladys; MARSCHARK, Marc (eds.). Bilingualism and bilingual deaf education: time to take stock. In: KNOORS, Harry; TANG, Gladys; MARSCHARK, Marc (eds.). **Bilingualism and bilingual deaf education**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 1–20. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199371815.003.0001>. Acesso em: 11 abr. 2026.
- LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.
- LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

- LODI, Ana Claudia. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 49–63, 2013. DOI: 10.1590/S1517-97022013000100004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/53042>. Acesso em: 12 abr. 2026.
- MIRANDA, Dayse Garcia. Libras, bilinguismo e educação bilíngue: o território do surdo. **Signótica**, Goiânia, v. 32, p. e64643, 2021. DOI: 10.5216/sig.v32.64643. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/64643>. Acesso em: 12 abr. 2026.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Inside Deaf Culture**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- PENNYCOOK, Alastair. **Critical Applied Linguistics**. New York: Routledge, 2001.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva. **Sociolinguística de contato e política linguística: propostas de interseções teórico-metodológicas**. *Matraga*, v. 31, n. 61, p. 22-36, jan./abr. 2024.
- SILVA, Daniel do Nascimento; BIZON, Ana Cecília Cossi. Pensando com Marilda Cavalcanti: reinvenção da linguística aplicada, grupos minoritarizados e complexidade sociolinguística. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 38, n. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202259698>. Acesso em: 11 abr. 2026.
- SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SOUZA, Isabelle Lima; GEDIEL, Ana Luísa Borba. Os sinais dos surdos: uma análise a partir de uma perspectiva cultural. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 56, n. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318135158183181>. Acesso em: 11 abr. 2026.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.
- STÜRMER, Ingrid Ertel; THOMA, Adriana da Silva. Políticas educacionais e linguísticas para surdos: discursos que produzem a educação bilíngue no Brasil na atualidade. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 37., 2015. Anais [...]. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt15-4093.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2026.